

# Espera-se pouco dinheiro do exterior

27 MAI 1989

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, está convencido de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) será "flexível" na montagem do acordo com o governo brasileiro, para vigorar neste último ano do governo Sarney, ciente que está da delicada situação política e econômica do País.

O receituário ortodoxo do FMI seria indefensável, na opinião do ministro, dadas as condições atuais de intensificação do movimento grevista, de um agravamento da crise econômica e do processo eleitoral que elegerá o próximo presidente da República.

Abreu assegurou que "prevalecerá o bom senso" nas relações do País com a instituição internacional, pois não interessa a ninguém que se repita, aqui, a convulsão social ocorrida há cerca de um mês na Venezuela, que deixou um saldo de centenas de mortos.

No "front" externo não



João Batista de Abreu

há perspectivas de desaforo neste ano. O ingresso total de recursos do exterior não deve ultrapassar a cifra de US\$ 3 bilhões, contando-se os empréstimos do Banco Mundial, do governo japonês e demais organismos internacionais. O governo já se conformou com a repetição de um fluxo negativo da ordem de US\$ 600 milhões a US\$ 700 milhões junto ao Banco Mundial, que não deve desembolsar mais do que US\$ 1,2 bilhão neste ano ao Brasil, já contabilizando a liberação de uma primeira "tranche" de US\$ 250 milhões do empréstimo setorial para a reforma do sistema financeiro.

Em alguns dias segue para Washington uma missão de técnicos do governo para prosseguir a negociação de um pacote de US\$ 1 bilhão para o setor elétrico, e não há nenhuma chance

para se voltar a conversar sobre o empréstimo de US\$ 500 milhões para o plano de recuperação setorial da Eletrobrás.

O ministro do Planejamento não alimenta esperanças de que o Plano Brady, de redução do estoque da dívida externa, renda algum dividendo ao Brasil nesta gestão governamental. Se forem operacionalizados os instrumentos de redução de estoque preconizados de modo geral no plano do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, sua aplicação efetiva deverá traduzir-se em diminuição das transferências de recursos do País para o exterior somente no próximo governo.

Embora o governo se veja apertado na administração da política fiscal, com poucas margens de manobra no corte de gastos e aumento de receitas, algumas providências estão sendo tomadas pela área econômica, para viabilizar um déficit operacional do setor público, neste ano, na casa dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB), que é

(Continua na página 3)

O Índice de custo de vida

Divisão Externa 27 MAI 1982

# Espera-se pouco dinheiro...

por Cláudia Safatle  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

a meta que o governo brasileiro tende a estabelecer no acordo com o FMI.

Abreu adiantou que o governo deve enviar em breve ao Congresso Nacional um projeto de lei que eleva as contribuições de empregados e empregadores à Previdência Social, e poderá combinar essa medida com a elevação da alíquota do Finsocial, que hoje é de 0,6% sobre o faturamento das empresas. Assim, o governo conseguiria eliminar um déficit que hoje é estimado em cerca de 2% do PIB na Previdência Social, fruto do cumprimento da nova Constituição que aumentou os benefícios. Aumentar contribuições foi a única alternativa que a Constituição deixou para o Executivo, de elevar receitas sem ter de cumprir o princípio da anterioridade. No caso das contribuições, o prazo exigido para sua entrada em vigor é de noventa dias após a data da publicação da lei que a instituiu ou modificou. Um ponto é certo: "o Tesouro Nacional não financiará déficit da Previdência", sustentou o ministro.

Para as empresas estatais não resta outra alternativa senão cortar investimentos cujas fontes de financiamentos se frustrarem. Na perspectiva do ministro do Planejamento, apenas duas estatais — a Vale do Rio Doce e a Telebrás — realizarão seus planos de investimentos neste ano, pois têm geração de receitas para financiá-los. Os investimentos da Eletrobrás, inicialmente estimados em US\$ 2,9 bilhões, já foram reduzidos para US\$ 2,4 bilhões e, se necessário em face da ausência

de receitas, serão cortados ainda mais.

Não há hipótese de produzir receitas para as empresas estatais a partir de uma política tarifária agressiva. As tarifas, em termos reais, serão neste ano equivalentes às praticadas em 1988.

Outro ponto ainda em aberto na administração do déficit refere-se à rolagem da parcela da dívida mobiliária dos estados e municípios, no tocante à "barriga" provocada pela prática de taxas de juros elevadas. Como regra geral, a rolagem das dívidas interna e externa foi estabelecida em 92%, mas a política monetária do Plano Verão provocou esse custo adicional que ainda não tem uma regra de rolagem. Disso dependerá o tamanho do déficit operacional dos estados e municípios.

Na revisão das contas do orçamento geral da União, a perspectiva é de estagnação da receita tributária, mantendo o mesmo patamar de arrecadação observado, em valores reais, no ano passado. A principal frustração de receita decorre da constatação de que será impossível cumprir o "esforço fiscal" equivalente a 1,9% do PIB (cerca de NCz\$ 7 bilhões) que a Secretaria da Receita Federal estimou como cobrança de débitos existentes junto ao Fisco. Isso somado a uma realidade observada na área do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, cuja arrecadação corresponderá a somente 0,98% do faturamento das empresas, leva a Seplan à conclusão de que não há espaço para acréscimo real de receitas neste ano, embora as despesas venham crescendo.

A trajetória da folha de

pagamento coberta pelo Tesouro Nacional é uma incógnita. Sabe-se que será crescente, mas a dimensão só será dada pelas decisões de reajustes salariais que independem do controle do Executivo.